

**PRINCÍPIOS E EIXOS
DA EDUCAÇÃO NA BAHIA**

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



<i>Apresentação</i>	<i>5</i>
<i>2. O Cenário atual da Educação</i>	<i>7</i>
<i>3. Princípios</i>	<i>19</i>
<i>4. Eixos</i>	<i>23</i>



Uma escola de todos nós

APRESENTAÇÃO

A proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós** apóia-se na convicção de que a educação é construída por indivíduos e coletividades, que criam e recriam seus espaços e suas culturas. Portanto, a escola é um lugar que abriga vivências e saberes múltiplos. A consolidação dessa proposta só será possível se as ações daqueles que fazem a educação de nosso Estado forem ressignificadas e orientadas pelo pressuposto de que a escola é um espaço público, gratuito, de encontro de culturas, assim como de reconhecimento e afirmação de identidades e diferenças de nossa gente.

É na afirmação dessas identidades que poderemos resgatar o sentido da escola pública como um lugar vivo, onde ocorre a produção de autonomias individuais e coletivas, devolvendo-lhe seu caráter educativo emancipador. Assim, a proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós** precisa ser construída coletivamente e expressar a diversidade e as singularidades de nosso maior patrimônio cultural – o povo baiano.

Professores, estudantes, dirigentes, comunidades e sociedade estão convidados a discutir e realizar, coletivamente, essa proposta, assentada em princípios que possibilitem construir humanidades, rompendo com o modelo de escola burocrática, distanciada das dinâmicas culturais, dos processos sociais e políticos, bem como dos aspectos naturais de seu entorno.

A proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós** define princípios e eixos para a educação na Bahia, no período 2007-2010. São os referenciais ético-políticos dos compromissos, da forma de ver a educação, da prática. É o “olhar” do Governo sobre a educação. Traduz, também, o pensamento e o compromisso do Governo, que entende a educação como a base para mudanças sociais e, por isso, colocou-a entre os pilares centrais de sua gestão. Expressam, pois, as intencionalidades que vêm norteando a formulação e a implementação das políticas da Secretaria Estadual da Educação (SEC) e que orientarão a prática educativa em todas as instâncias da educação neste quadriênio.

Os “princípios e eixos” apresentados neste documento são um convite a um amplo debate entre Governo e sociedade. A escola é um dos espaços privilegiados para o diálogo entre famílias, docentes e demais servidores, com os movimentos sociais e com outros segmentos da sociedade. As contribuições geradas nesses espaços serão apreciadas nas conferências regionais e, posteriormente, consolidadas, em documento final, na 1ª Conferência Estadual da Educação.



2.1

O que nos preocupa

2. O CENÁRIO ATUAL DA EDUCAÇÃO

Dados oficiais comprovam uma série de deficiências na educação do Estado da Bahia, evidenciando a necessidade de muito investimento e de uma ampla mobilização para desencadear um processo sustentável de avanços sociais. Não há como se pensar, por exemplo, em mudanças sociais e exercício de cidadania com a persistência dos índices atuais de analfabetismo e de desemprego, variáveis altamente correlacionadas entre si e com a pobreza.

A Bahia, segundo dados do IBGE/2005, apresenta taxa de 18,8% de analfabetismo da população acima de 15 anos, o que corresponde a mais de 2 milhões de baianos que não sabem ler nem escrever. Se considerada a população de 25 a 49 anos, o índice é de 16,1%; e chega a 42,7% na população acima de 50 anos. Esses dados são superiores à taxa nacional (10,9%) e próximos à taxa da região Nordeste (21,9%). Além disso, a taxa de analfabetismo da população na zona rural é uma das mais altas do País: 31,6%. Se levado em conta o analfabetismo funcional (pessoas com menos de quatro séries concluídas com aprovação), o percentual da Bahia chega a 39,2%. Um quadro que aponta para a existência de problemas quanto a oportunidades de acesso à educação e quanto à permanência dos estudantes na escola.

CINCO ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE ANALFABETOS DO PAÍS



Fonte: CENSO 2000



O que nos preocupa

Quanto ao acesso, verifica-se que o ensino fundamental, obrigatório para a população de 7 a 14 anos, já está quase universalizado. Já no ensino médio, menos de 30% dos jovens em idade regular (15 a 17 anos) estão cursando este nível de ensino, o que significa que um grande contingente de jovens nesta faixa etária encontra-se fora da escola ou, se matriculados, em situação de defasagem idade-série. O acesso à educação superior é ainda mais restrito. Apenas 10,5% dos baianos têm acesso à universidade, enquanto no Nordeste este índice é de 11,6% e no Brasil chega a 18,6%.

Em relação à permanência, é preciso considerar os percentuais de abandono e o fluxo escolar. Os índices de abandono sofreram pequena variação nos últimos 10 anos, persistindo próximos dos 20%. Este percentual tem influência na taxa de escolaridade da população e, também, nos índices de distorção idade-série em casos de abandono temporário. A rede estadual possui índices de distorção idade-série que estão entre os mais elevados do País, tanto no ensino fundamental (49,5%) quanto no ensino médio (69,8%). Há, pois, claros indícios de que a cultura da reprovação ainda é muito arraigada em nossas escolas, levando as crianças e os jovens a repetências sucessivas e, por este e/ou outros motivos, a abandonarem os estudos, provisória ou definitivamente.

DADOS DO FLUXO ESCOLAR NA BAHIA

69,8% Distorção idade-série no ensino médio



49,5% Distorção idade-série no ensino fundamental



20% Média de abandono escolar nos últimos 10 anos



Fonte: SEC/SUPAV - MEC/INEP



O que nos preocupa

Dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), revelam que, na Bahia, um estudante dos quatro anos iniciais do ensino fundamental conclui uma série em um tempo médio de 1,51 ano, ou seja: o estudante leva um ano e meio para concluir cada série. Este dado situa o Estado na última posição no Brasil. Considerando a segunda fase do ensino fundamental (da 5ª à 8ª série), o tempo médio de conclusão de cada série é de 1,55 ano e a posição da Bahia é a penúltima no País, perdendo apenas para o Estado de Alagoas.

Acrescentem-se a este cenário as baixas médias obtidas pelos estudantes da Bahia na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicados a cada dois anos pelo MEC/INEP, para avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes das redes públicas, em Língua Portuguesa e Matemática. Os resultados mostram que a Bahia obteve médias sempre inferiores à média nacional, em todas as séries e nas duas disciplinas avaliadas. Estes resultados sugerem a existência de deficiências na aprendizagem dos estudantes, relacionadas à qualidade do ensino.

Associando o desempenho dos estudantes em exames padronizados (Saeb e Prova Brasil) com os dados sobre o fluxo escolar, o INEP criou, em 2006, e divulgou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador de resultado que possibilitou a comparação entre regiões, estados, redes (municipais e estaduais e federal) e escolas. Com os problemas de fluxo, anteriormente apontados, e com o baixo desempenho nos exames de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, não é de surpreender que a Bahia tenha ocupado a 25ª posição no IDEB, em comparação com os demais Estados e o Distrito Federal. Entre os 1.242 municípios brasileiros com mais baixo IDEB, 211 encontram-se na Bahia.

O panorama descrito é preocupante. Todos sabemos que uma educação deficiente nos níveis observados compromete a dignidade humana, a qualidade de vida, a sustentabilidade social e a competitividade da economia, por conta dos obstáculos que representa ao desenvolvimento do Estado. Fica evidenciado que o direito à educação – acesso e permanência, com aprendizagem – não está assegurado na Bahia. Reverter este quadro é o nosso grande desafio!



O que nos preocupa

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Sigla	Estado	1ª fase E.F.	2ª fase E.F.	Ensino Médio
PR	Paraná	5,0	3,3	3,3
MG	Minas Gerais	4,9	3,6	3,4
SP	São Paulo	4,5	3,8	3,3
DF	Distrito Federal	4,4	3,3	3,0
SC	Santa Catarina	4,3	4,1	3,5
RS	Rio Grande do Sul	4,2	3,5	3,4
GO	Goiás	3,9	3,3	2,9
ES	Espírito Santo	3,7	3,5	3,1
RJ	Rio de Janeiro	3,7	2,9	2,8
TO	Tocantins	3,6	3,4	2,9
RO	Rondônia	3,6	3,2	3,0
MT	Mato Grosso	3,6	2,9	2,6
RR	Roraima	3,5	3,2	3,2
AC	Acre	3,3	3,5	3,0
AM	Amazonas	3,3	2,7	2,3
MS	Mato Grosso do Sul	3,2	2,9	2,8
MA	Maranhão	3,2	3,2	2,4
CE	Ceará	3,2	2,8	3,0
PE	Pernambuco	3,1	2,4	2,7
AP	Amapá	3,1	3,5	2,7
SE	Sergipe	3,0	2,9	2,8
PB	Paraíba	3,0	2,5	2,6
AL	Alagoas	2,9	2,5	2,8
PA	Pará	2,8	3,1	2,6
BA	Bahia	2,6	2,6	2,7
PI	Piauí	2,6	2,6	2,3
RN	Rio Grande do Norte	2,6	2,6	2,6

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP



2.2

O que nos traz esperança

O cenário educacional em que a Bahia se encontra é tão desafiador que poderia nos conduzir ao pessimismo, à imobilidade ou a descartar desejos e esperanças de transformar essa realidade. Todavia, esse é um processo que envolve Governo e sociedade e a certeza de que a perseverança, a força e a coragem do povo baiano são instrumentos com que podemos contar nessa luta e nos dão a convicção de que juntos venceremos esse desafio.

É necessário considerar que processos efetivos levaram a educação baiana a esse cenário desalentador, que se comprova com os dados estatísticos. No mesmo contexto em que resultados tão preocupantes foram construídos, homens e mulheres tiveram a coragem e a ousadia de fazer diferente e de querer que a educação baiana fosse escrita de uma outra maneira. O reconhecimento, a disseminação e a consolidação dessas experiências por meio de políticas públicas serão, pois, caminhos a serem trilhados na construção da proposta pedagógica Uma Escola de Todos Nós.

Merece atenção, quando se trata de identificar os aspectos positivos que a educação baiana apresenta hoje, o número de docentes com nível superior na rede estadual de ensino. Dos 58.421 docentes identificados, 64,62% têm curso superior. Apenas 30,75% possuem formação de nível médio, sendo que, deste contingente, um número bastante significativo está inserido em programas de formação de nível superior oferecidos pela Secretaria da Educação ou cursam graduação por iniciativa própria, em universidades públicas ou privadas.

Também é importante ressaltar o quanto tem sido significativo o papel das universidades estaduais na formação do povo baiano, e sua contribuição para que seja assegurado o direito à educação. A Universidade Estadual da Bahia – UNEB, a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB possuem um quadro docente de 3.929 professores, dos quais 66,61% têm mestrado e doutorado. Estas instituições atendem hoje, aproximadamente, a 49.000 estudantes, em 268 cursos regulares ou de caráter especial, destinados à formação de professores que atuam na educação básica.



O que nos traz esperança

A presença das universidades estaduais, com oferta de cursos regulares em 34 e de cursos especiais em 168 municípios baianos, interfere significativamente na dinâmica local, potencializando a cultura, a economia, a política e ampliando as possibilidades para um desenvolvimento social sustentável. Daí a importância para que essas instituições, com a capilaridade que possuem, sejam reconhecidas como co-autoras na construção e desenvolvimento da educação baiana, à medida que as relações entre educação superior e educação básica se estreitem cada vez mais.

A esperança de poder contar com a energia criativa do povo baiano para a construção de uma educação de qualidade dá o tom e as cores da proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós** e alimenta a utopia de que, juntos, podemos construir uma educação na qual indivíduos e coletividades aprendam, desenvolvam o respeito a si próprios, aos outros e, sobretudo, tenham assegurados os seus direitos fundamentais.



3.1

Um diálogo com todos

3. PRINCÍPIOS

Na perspectiva de um diálogo franco com todos os que fazem a educação na Bahia, apresentam-se, a seguir, os princípios que estão orientando as discussões e a definição dos planos de ação e das estratégias a serem seguidas até 2010. Estes princípios respondem à pergunta: qual é a educação que, ao longo de tantos esforços coletivos, vem se construindo para que a Bahia passe a ser, de fato, Terra de Todos Nós? Entende-se que tal educação deva atender a um conjunto de anseios da sociedade, tais como os relacionados a seguir:

- Assegurar a educação como um direito, articulado à garantia dos direitos fundamentais, e afirmar a escola pública como espaço desse direito;
- Reconhecer os trabalhadores da educação como sujeitos de direitos;
- Considerar o educador e o educando como sujeitos centrais do processo pedagógico;
- Focar a política educacional no processo de aprendizagem nas escolas;
- Valorizar as inovações e o uso das modernas tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão;
- Garantir, na escola pública, uma educação de qualidade social, com dignidade;
- Considerar a educação como um processo de inclusão social;
- Assegurar o direito à cultura, à arte, ao conhecimento e à aprendizagem que resultam das relações sócio-espaciais e políticas;
- Considerar a cultura como a grande matriz do conhecimento;
- Transformar a educação em processo de:
 - Formação para valorização da vida e preservação do meio-ambiente;
 - Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de livre orientação sexual, de gênero e de pessoas com deficiências;
 - Valorização da cultura da paz.



Um diálogo com todos

- Promover um exercício permanente de democracia participativa e fazer da escola um espaço de vivência comunitária;
- Transformar a escola em um espaço de bem-estar e de valorização da criança, do jovem e do adulto;
- Articular as políticas educativas com políticas da infância, da juventude, dos adultos e dos idosos;
- Valorizar a corporeidade, o lúdico, os esportes e o movimento na formação do ser humano.

É importante entender que estes princípios são componentes indissociáveis da proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós** e a busca para conectá-los, sem hierarquizá-los, pode constituir-se em elemento desencadeador de desafios, de aprendizados e de construção coletiva de ações que contribuam para a valorização de todos os sujeitos educacionais.

Perceber a escola como ambiente intercultural conduz ao desafio de ampliar, reconhecer e favorecer diferentes espaços e tempos de produção da informação e do conhecimento, de criação e reconhecimento de identidades e de práticas culturais e sociais, em que se combinem múltiplas linguagens e diferentes sujeitos.

É necessário gerir a educação reconhecendo os envolvidos como sujeitos de direitos e garantindo esses direitos, por meio de processos democráticos, no sentido de estimular, promover e consolidar a plena participação dos agentes educacionais, favorecendo assim uma formação cidadã e de inclusão social.



4.1

Uma educação pública de qualidade

4. EIXOS

Os eixos desta proposta pedagógica refletem as intencionalidades do Governo e constituem-se em elementos estruturantes das políticas públicas de educação para o Estado. Esses eixos dialogam com os princípios norteadores anteriormente apresentados e com a realidade educacional, orientando a formulação e a implementação de políticas para se avançar de forma decisiva na busca de uma educação pública de nossos sonhos para a Bahia de Todos Nós.

A. ACESSO À EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA COM DIGNIDADE

É importante que o sistema educacional baiano garanta o acesso à educação de todas as crianças, jovens e adultos, e as condições necessárias para uma trajetória escolar bem-sucedida, em todos os níveis e modalidades de ensino. Para tanto, é necessário fortalecer as relações entre o Governo e a sociedade, potencializar a relação entre educação básica e educação superior, ampliar parcerias inter-institucionais e intensificar o regime de colaboração entre o Estado e os municípios, a fim de assegurar um amplo acesso à educação, sobretudo dos coletivos sociais historicamente excluídos.

Para fortalecer os vínculos dos estudantes e promover sua permanência com dignidade nos seus itinerários formativos é imprescindível pensar uma nova orientação dos tempos de aprendizagem, uma ressignificação dos espaços escolares e uma integração dos processos pedagógicos às especificidades culturais do contexto social e histórico em que a escola está inserida. O contexto dos sistemas de educação vem mudando e adquirindo maior importância para o desenvolvimento, o que passa a exigir cada vez mais inovação e serviço de infra-estrutura baseado na informação.

É necessário considerar também a importância da pesquisa na prática pedagógica, como mecanismo de construção criativa do conhecimento, intensificar o uso das tecnologias da informação, da comunicação e integrar a arte, a cultura corporal, o lúdico e o respeito à valorização da vida no processo ensino-aprendizagem. A principal preocupação da política educacional da Secretaria será com a aprendizagem que deve acontecer nas escolas como resultado de um conjunto de fatores e ações. O compromisso para obter bons resultados na aprendizagem deve envolver toda comunidade escolar.

O fortalecimento dos vínculos dos estudantes com os espaços de apren-



Uma educação pública de qualidade

dizagem supõe a criação de condições objetivas favorecedoras de uma educação com qualidade e com dignidade. O desenvolvimento da aprendizagem requer espaços físicos atraentes e acolhedores, disponibilidade de materiais pedagógicos diversificados, bibliotecas, laboratórios e espaços de convivência para dar suporte ao trabalho educativo. A oferta de serviços como transporte, alimentação e atenção à saúde e à família também asseguram o desenvolvimento efetivo da prática pedagógica.

B. ALFABETIZAÇÃO COMO UM DIREITO

A alfabetização constitui-se em direito pleno, fundamental, a base do direito à educação. Um dos marcos desta gestão é a responsabilidade pública do Estado em promover um amplo processo de alfabetização, na perspectiva de assegurar a afirmação do trabalhador e o direito ao trabalho. A alfabetização, compreendida como leitura crítica da palavra e do mundo, fortalece a dignidade humana, a condição de cidadão, a auto-estima, a autonomia, o processo criador e inovador dos sujeitos e amplia suas possibilidades de apropriação do capital social, cultural e econômico. Nesse processo, a Secretaria da Educação, em articulação com os Governos Federal e Municipais, os movimentos sociais, as universidades e outras instituições, governamentais e não-governamentais, promove uma ampla mobilização no Estado para reduzir significativamente os índices atuais de analfabetismo.

C. GESTÃO DEMOCRÁTICA, EM REDE, COM EFETIVIDADE SOCIAL

Historicamente, a gestão da educação pública tem sido verticalizada e centralizadora, negando às unidades gestoras – SEC, escolas, diretorias regionais de educação e universidades – o desenvolvimento de sua autonomia política, pedagógica e administrativo-financeira. Não obstante, sabe-se que, há mais de 20 anos, os movimentos sociais pressionam por uma gestão democrática, participativa. Logo, superar o modelo vigente é, antes de tudo, uma conquista.

As unidades gestoras só são públicas se forem democráticas e só serão democráticas se forem capazes de se constituir como espaços de direitos. Por isso, a SEC propõe uma gestão democrática e participativa, em rede, com efetividade social, dando ênfase à organização dos coletivos de estudantes, docentes, pais e servidores. Isto significa assegurar-lhes a participação em decisões sobre os processos educativos e cobrar-lhes responsabilização no desempenho dos alunos.



Uma educação pública de qualidade

A descentralização do poder das unidades gestoras significa a possibilidade do exercício de autonomia pelas escolas e de sua articulação em rede com as demais unidades escolares, com liberdade limitada por diretrizes definidas politicamente e não por mecanismos de controle burocrático. Trata-se aqui da gestão de uma rede intra-organizacional, como forma de organização interna do Estado, diante da incapacidade dos governos centrais responderem satisfatoriamente a problemas numa organização complexa. O tamanho da organização educacional, no Estado, impõe a necessidade de um novo modelo de gestão que comporte a interação de estruturas descentralizadas e novas formas de coordenação que garantam a integração do sistema. Para ter efetividade social, a gestão deve satisfazer às necessidades e desejos da sociedade. Nesse sentido, é necessário repensar coletivamente o modelo de atuação das escolas e das Diretorias Regionais de Educação (Direc), para que estas sejam agências articuladoras capazes de dialogar com os interesses e as demandas das comunidades na formulação de políticas públicas em seus territórios.

D. GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A fragilidade das políticas públicas estaduais no campo da educação profissional tem sido uma realidade visível na Bahia no decorrer das últimas décadas. No sentido de superar essa fragilidade, a política de educação profissional definida para o Estado compreende o trabalho como princípio educativo e pretende promover o acesso de indivíduos e coletividades às ciências, às artes e à tecnologia, para que eles se apropriem de seu significado econômico, social, histórico, político e cultural. Alinhada às políticas de inclusão e equidade, busca assegurar as condições objetivas para o desenvolvimento humano, como a garantia da efetiva integração do ensino profissional ao mundo do trabalho, tendo o desenvolvimento econômico e sustentável como horizonte das ações no campo da educação profissional. Na sociedade da informação, o perfil da educação profissional deve contemplar, em seus processos formativos, as exigências de uma força de trabalho flexível, com habilidades para resolver problemas e capacidade para desempenhar uma variedade de tarefas. Isso requer, como base, uma boa formação geral.

Com essa orientação, a SEC tem empreendido o fortalecimento e a criação de novos centros tecnológicos articulados às políticas de qualificação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Estado da Bahia. É preocupação estimular a ampliação de vagas para cursos profissionalizantes de nível médio, bem como a criação de outros espaços e opções de formação



Uma educação pública de qualidade

profissional para a população baiana. Esta política propõe também a articulação da educação básica com a formação profissional e a criação de uma rede de cursos e escolas para atender às demandas obedecendo às vocações de cada região do Estado.

E. FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, GRATUITA E SOCIALMENTE REFERENCIADA

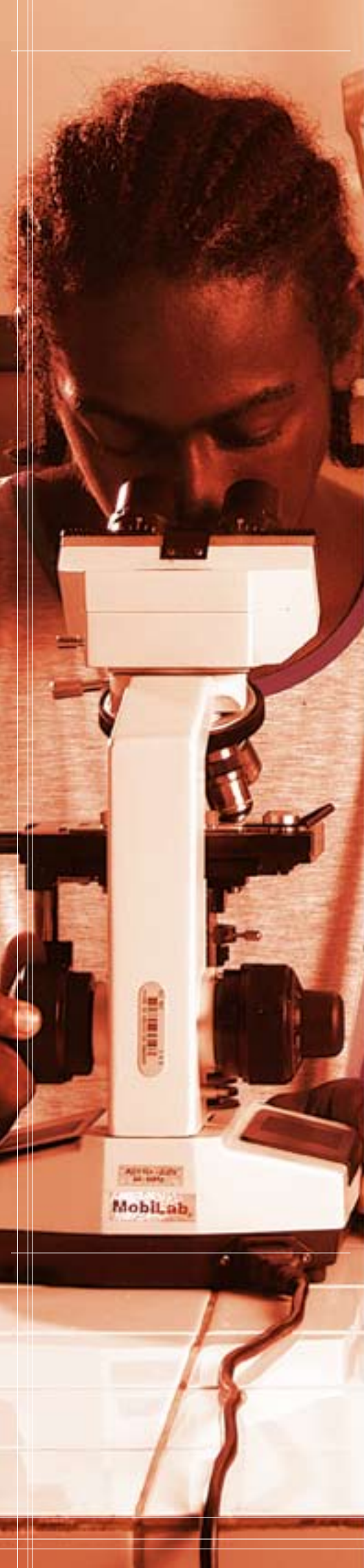
É necessário que sejam formuladas políticas para a educação superior pública na Bahia, que articulem as instituições de ensino superior e a sociedade, atentas às necessidades, às demandas e às potencialidades específicas dos territórios em que atuam. Os cursos de graduação e os programas de pós-graduação, os programas de pesquisa e de extensão serão fortalecidos ou reformulados de acordo com as peculiaridades locais e regionais, sem perder de vista as transformações do mundo contemporâneo e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, as universidades têm um importante papel na elevação da qualidade da educação básica, sobretudo por meio da formação inicial e continuada dos profissionais em educação. No exercício da autonomia, respeitadas suas especificidades e a condição de instâncias críticas da sociedade, voltadas para o desenvolvimento da ciência, das artes, da cultura e da tecnologia, as universidades estaduais deverão contribuir na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o Estado.

F. RECONHECIMENTO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO COMO SUJEITOS DE DIREITOS E GARANTIA DESSES DIREITOS

O reconhecimento e a garantia de direitos dos trabalhadores da educação é uma condição necessária à construção da proposta pedagógica **Uma Escola de Todos Nós**. É incontestável a importância do papel que esses atores desempenham na implementação e consolidação desta proposta, uma vez que os princípios e eixos que a constituem são referenciais ético-políticos da ação pedagógica conduzida diretamente por esses profissionais. Assim sendo, a Secretaria Estadual da Educação tem como compromisso a formulação de políticas de afirmação do trabalho dos docentes e dos demais servidores, priorizando a melhoria das condições de trabalho, o estímulo à formação inicial e continuada, a revisão do Estatuto do Magistério e do Plano de Carreira, bem como o acesso aos cargos por meio de concursos públicos.

**QUALIDADE DE ENSINO PRA NOSSA GENTE.
EDUCAÇÃO PRA TODOS NÓS.**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA****Governador**
Jaques Wagner**Vice-governador**
Edmundo Pereira**Secretário da Educação**
Adeum Hilário Sauer**Chefe-de-gabinete**
Salvador Dal Pozzo Trevisan**INFORMAÇÕES DOS DADOS:****Superintendência de Recursos
Humanos da Educação – SUPEP**
José Carlos Barreto Sodré**Superintendência de Acompanhamento
e Avaliação do Sistema Educacional – SUPAV**
Eni Santana Barretto Bastos**Superintendência de Organização
e Atendimento da Rede Escolar – SUPEC**
José Maria de Abreu Dutra**Superintendente de Desenvolvimento
da Educação Básica – SUDEB**
Ana Maria Silva Teixeira**Diretoria Geral – DG**
Carlos Pedrosa Junior**Coordenação de Desenvolvimento
de Educação Superior - CODES**
Gelvânia Mota Silva**Coordenação de Projetos Especiais – COPE**
Divaldo Alcântara**Diretor do Instituto Anísio Teixeira – IAT**
Penildon Silva Filho**Ouvidoria**
Francisco Barreto Neto**Consultoria**
Professor Dr. Miguel Arroyo**ORGANIZAÇÃO DOS DADOS:****Coordenação Editorial**
Sílvia Costa**Projeto Gráfico e Diagramação**
Tempo Propaganda**Fotografias**
Claudionor Júnior/Alvaro Vilela**Revisão**
Mismana Militão/Raimundo de Santana

Secretaria da Educação

Av. Luiz Viana Filho, 6ª Avenida, nº 600
CAB, Salvador-Ba - CEP: 41750-319
Fone: (71) 3115-8949/8979/9029 - Fax: 3371-7506
www.sec.ba.gov.br
Ouvidoria: 0800 284 0011